

## EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE

**Marcos Antonio de Souza**

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP  
Professor do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS  
[marcosas@unisinis.br](mailto:marcosas@unisinis.br)

**Kátia Arpino Rásia**

Mestranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS  
Professora do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FURG

**Flávia Verônica da Silva Jacques**

Mestranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS  
Professora do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FURG

**RESUMO** - O objetivo do artigo é analisar as informações ambientais que são evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas participantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos segmentos de Energia Elétrica, Química e Siderurgia e Metalurgia, nos períodos de 2007 e 2008. A análise das demonstrações contábeis publicadas pelas 13 empresas pesquisadas teve a finalidade de verificar quais informações ambientais são evidenciadas e de que forma são apresentadas. A motivação do estudo advém do reconhecimento da importância da evidenciação das informações ambientais como forma de prestar contas a todos os *stakeholders*, visando tanto a correta análise da gestão ambiental pela sociedade como a captação de novos investidores. O presente estudo classifica-se como aplicado, exploratório e descritivo. Trata-se de uma pesquisa documental em relação aos procedimentos de coleta de dados, e qualitativa em sua análise. Os principais resultados indicam que o Balanço Social é utilizado por todas as empresas para divulgação de seus gastos ambientais, apresentando indicadores específicos. O Relatório de Administração aparece logo após, utilizado pela maioria das empresas também para este fim. Já as Notas Explicativas são utilizadas por apenas uma terça parte das empresas. Apesar da evidenciação do envolvimento das empresas, observa-se que a utilização de indicadores ambientais ainda é pouco explorada nestes segmentos empresariais.

**Palavras-Chave:** Gestão Ambiental. Contabilidade Ambiental. Evidenciação Contábil.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização do tema

A exploração desenfreada dos recursos ambientais pelas grandes indústrias, ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico, desde a Revolução Industrial, deu início a grandes reflexões por parte da sociedade em geral. Buscando amenizar o impacto deste desenvolvimento no meio ambiente, estratégias organizacionais foram desenvolvidas com o desafio de aliar ações de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, consumo consciente e alcance das metas de resultado da empresa.

Para Dalmoro, Venturini e Pereira (2009), a concentração na busca indiscriminada, de algumas empresas, para o alcance de resultados financeiros de curto prazo desencadeou, em alguns momentos, grandes desastres ecológicos. Para os autores, as empresas inseridas neste cenário comprometem a sua sobrevivência no mercado, afetando seu relacionamento com fornecedores, clientes, empregados, sociedade e demais *stakeholders*, favorecendo seus concorrentes.

Os principais elementos de capital social mencionados por Braga (2007), na iniciativa privada, concentram-se no ser humano, na tecnologia e, no meio ambiente, em uma visão restrita, envolve a água, o ar, o solo, a fauna e a flora. Com relação à repercussão no mercado, o estudo realizado por Dalmoro, Venturini e Pereira (2009) demonstra que os produtos concebidos com preocupação ecológica e

social permitem agregar valor comercial para a entidade. Esta atividade de produzir e facilitar a comercialização de produtos com a intenção de satisfazer os desejos humanos e causar o mínimo de impacto ao meio ambiente envolve a modificação de produtos, bem como mudança nos processos de produção. Estas modificações, de curto prazo, elevam os custos em razão da adaptação às novas tecnologias, porém suas vantagens serão consideráveis no longo prazo.

Conforme Hansen e Mowen (2001), a gestão ambiental responsável é um foco importante para muitas empresas. Na verdade, muitas delas gastam volumes consideráveis de recursos a cada ano em atividades ambientais. Ressaltam que, freqüentemente, decisões ambientais são tomadas apenas para cumprir os regulamentos ambientais. No entanto, ponderam que o surgimento de uma abordagem pró-ativa significa que a gestão dos custos ambientais está se tornando um assunto de alta prioridade e de intenso interesse, principalmente em função da continuidade sustentável dos negócios.

Como consequência, a evidenciação voluntária de investimentos ambientais tornou-se rotina em muitas organizações não só para cumprir regulamentações, mas, sobretudo, para demonstrar a preocupação ambiental e a responsabilidade social da empresa. A esse respeito, Saunders e McGovern (1997) complementam argumentando que o marketing ecológico passou a ocupar fator condicionante ao mercado de negócios, ou seja, operar com práticas ambientais adequadas sem deixar de ofertar qualidade e preço acessível aos consumidores.

Neste contexto de divulgação, Monteiro e Ferreira (2007) destacam que o papel da contabilidade é evidenciar informações sobre fatos e eventos internos e externos à empresa, que podem afetar o meio ambiente e o patrimônio das organizações. A evidenciação dessas informações vem ao encontro de objetivos e princípios da contabilidade, dado que ela também está em consonância com os princípios de responsabilidade social corporativa, que prega a ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders* e o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a evidenciação de informações ambientais por meio de relatórios contábeis faz-se necessária já que elas são capazes de impactar na situação econômica e financeira de uma empresa, bem como transmitir uma imagem positiva perante o mercado de capitais, clientes, fornecedores, sociedade etc.

## 1.2 Objetivo e justificativa do estudo

Tendo em vista os aspectos da evidenciação descritos anteriormente, este estudo tem como objetivo analisar qual a amplitude das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis de empresas integrantes da carteira que forma o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, durante os anos de 2007 e 2008. Mais especificamente, o estudo concentrou-se na análise de empresas dos segmentos de energia elétrica, química e siderurgia e metalurgia.

A circunscrição do estudo nesses segmentos pauta-se no reconhecimento de serem eles atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, de graus médio e alto, de acordo com a classificação dada pela Lei 10.165/00

A justificativa do presente estudo ampara-se na importância da evidenciação das informações ambientais como forma de prestação de contas aos *stakeholders* em geral, de forma a evidenciar a responsabilidade social das empresas no aspecto ambiental e a sua sustentabilidade como agente econômico. Portanto, tal conteúdo informacional representa mais um referencial do desempenho sustentável das ações, sendo percebido como tal pelo mercado. Essa importância é reconhecida, por exemplo, no estudo de Murcia *et al.* (2008).

Machado, Machado e Corrar (2008) ratificam o entendimento de Murcia *et al.* (2008), ao revelarem que as empresas que adotam condutas ambientalmente responsáveis possuem uma tendência a apresentar melhores resultados econômicos. Botelho (2006) também averiguou que existe relação entre o valor de mercado das empresas brasileiras e notícias e informações que revelam responsabilidade social e ambiental. Seu estudo demonstrou que há correlação positiva no valor da empresa, como consequência da adoção de políticas socioambientais; e negativa, em decorrência dos reflexos da falta de sua implantação. Nota-se, assim, a relevância de estudos direcionados a investigar os diversos aspectos relacionados à divulgação de informações ambientais.

Além desta introdução, este estudo compreende a seção destinada à apresentação do referencial teórico que dá sustentação ao desenvolvimento do tema. Na sequência abordam-se os aspectos metodológicos da pesquisa, seguida da apresentação e análise dos Dados. Por fim tem-se a exposição das conclusões e das referências utilizadas no estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contexto histórico das questões ambientais

Com o objetivo de estabelecer uma aliança mundial de cooperação entre os países, e procurando estabelecer acordos que respeitem e protejam a integridade do meio ambiente e do desenvolvimento mundial, foi criada a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, aprovada em Estocolmo em 16 de junho de 1972. Dalmoro, Venturini e Pereira (2009) comentam que a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com o intuito de difundir a questão social e ambiental também nas organizações, por meio da criação do Relatório Nosso Futuro Comum. Este documento é responsável pelas primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável.

Em obediência as normas impostas pelos governos, que surgiram com a cobrança de movimentos nascidos em meio a sociedade, as empresas foram obrigadas a se adequar e a se preocupar com o

reposição dos recursos que outrora eram indevidamente retirados da natureza. Além disso, o descarte de detritos nos mares, no solo e no ar deve obedecer a padrões e normas legais e a sua inobservância pode conduzir a punições.

Uma série de eventos em nível global sucedeu-se como resposta à cobrança de algumas organizações e dos movimentos sociais. Em 1989, a Produção Mais Limpa (P+L) foi introduzida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Bem e Schneider (2008) revelam que a produção mais limpa tem como propósito a redução da poluição no meio ambiente, a redução dos resíduos eliminados e um menor consumo de recursos naturais, principalmente os não-renováveis. No Brasil, desde 1995, o Centro Nacional de Tecnologias Limpas - CNTL está sediado na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), junto ao Departamento Regional do Rio Grande do Sul do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RS).

Na Rio 92 - Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi criada a Agenda 21. Segundo Malheiros, Philippi Júnior e Coutinho (2008) tal agenda teve como finalidade o estabelecimento de 21 itens de orientação ambiental para assumir a idéia de sustentabilidade em todos os programas de desenvolvimento governamental.

A criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, ocorreu no Japão, com a participação de 175 países, 84 dos quais se comprometeram com a diminuição da emissão de gases de efeito estufa – GEE – que ocorreria a partir do ano de 2005 em relação ao volume de emissões verificado em 1990. Entretanto, conforme

esclarecem Basseto *et al.* (2006), foi somente em 2006 que o tratado foi assinado por 55 países participantes. Essa demora em formalizar o tratado deu-se em virtude da resistência dos Estados Unidos em ratificar o protocolo, o que afinal acabou deixando-o excluído do tratado.

Especificamente quanto ao Brasil, há também que ser considerada a evolução do aspecto legal que normatiza e regulamenta a interação das empresas com o meio ambiente. Existem diversas leis e resoluções acerca da preservação ambiental, que são coordenadas, principalmente, pelo Ministério do Meio Ambiente, através das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Ele é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Foi instituído pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90 e posteriormente alterada pela Lei 10.165/00. Sob este aspecto, devem ser consideradas também as regulamentações da área contábil que normatizam a forma como devem ser evidenciadas as informações ambientais pelas empresas.

NPA 11, de 1996, do Instituto Brasileiro de Contadores do Brasil (IBRACON), com o objetivo estabelecer os liames entre a contabilidade e o meio ambiente, propôs a evidenciação de informações de natureza ambiental. Com isso, também propôs o detalhamento sobre as aquisições de Ativos Ambientais para as ações de preservação do meio ambiente, e seus passivos ambientais a todos os usuários de suas demonstrações contábeis e ao público em geral. Em linhas gerais, este pronunciamento determina que os ativos

ambientais devam ser apresentados em títulos e subtítulos, evidenciando os bens imobilizados, os gastos com pesquisa e desenvolvimento, os estoques utilizados no processo de eliminação dos agentes poluidores. No item 9, conceitua como passivo ambiental toda agressão que se praticou, ou que é praticada contra o Meio ambiente, que consista nos valores dos investimentos necessários à sua reabilitação, bem como multas e indenizações em potencial. Neste sentido, as empresas que não reconhecerem, atualmente e no futuro, os encargos potenciais do passivo ambiental estarão apurando custos e lucros irreais.

Em razão de que a posição ambiental da empresa deverá ser um objetivo importante da contabilidade e da administração, deve ser realizada, de acordo com a NPA 11, dentro dos parâmetros preconizados, ou mediante apresentação em Notas Explicativas para demonstração da real política ambiental da empresa. Quanto a auditoria, o auditor deverá se certificar que todos os passivos ambientais tenham sido aludidos nas peças contábeis e em suas Notas Explicativas. (Ecobalanco). No caso de empresas que agredem em maior intensidade o meio ambiente, os exames devem ser aprofundados para possibilitar a análise dos riscos de comprometimento da continuidade da empresa auditada.

No caso de fusões e incorporações de empresas, A NPA 11 do IBRACON determina que o auditor deve requerer a execução de auditoria ambiental, para determinar as repercussões sobre os valores dos patrimônios envolvidos. Empresas reconhecidamente poluidoras do meio ambiente, cujas contingências sejam devidamente identificadas e reportadas

pela administração da empresa, na elaboração das demonstrações contábeis, devem ser apresentadas em Notas Explicativas.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBT 15, de 06 de setembro de 2004, do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece procedimentos de evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Estas informações têm o objetivo de demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, deverá ser efetuada às demonstrações contábeis com os dados relativos ao exercício atual e do exercício anterior, não se confundindo com as notas explicativas.

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a. Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b. Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c. Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d. Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e. Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f. Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;

- g. Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h. Passivos e contingências ambientais.

Há ainda as determinações de órgãos internacionais que regulamentam os parâmetros que devem ser utilizados pelas empresas para o registro contábil das informações ambientais. Neste sentido Gonzáles et al (2002) revelam que os antecedentes da regulamentação da evidenciação ambiental estão apoiados sob as normas norte americanas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e do *Financial Accounting Standards Board* - FASB.

A SEC, criada em 1934, tem a finalidade de contribuir para a eficiência de mercado, responsável pela proteção dos investidores e pela manutenção da integridade das bolsas de valores dos Estados Unidos. (SEC, 2009). A partir de 1982, a SEC inseriu alguns itens específicos do *disclosure* ambiental através da *Regulation S-K*, itens 101, 103 e 303, determinando que as companhias divulguem os efeitos da legislação ambiental que regulamentam as descargas de poluentes no ambiente e os investimentos realizados, a ações administrativas e judiciais, o relato da administração e a análise financeira sobre o resultado, as tendências e as incertezas ambientais. Foi acrescentada também a norma *Staff Accounting Bulletin 92* (SAB-92, 1993) que determina como devem ser quantificadas as previsões para perdas.

O FASB, criado em 1973, é o principal órgão de normatização contábil dos Estados Unidos, para o estabelecimento de padrões de contabilidade financeira e sua

evidenciação, com pronunciamentos de observância obrigatória denominados *United States Generally Accepted Accounting Principles - US GAAP*. Os *Statements of Financial Accounting Standards – SFAS*, nº 5 e 143, emitidos pelo FASB, tratam das normas contábeis norte-americanas em questões ambientais. Os aspectos ambientais de maior especificidade são tratados pelos pronunciamentos *Emerging Issues Task Force – EITF*, 89-13 e 90-8.

Antes do FASB a elaboração das normas financeiras e de contabilidade eram determinadas pelo *American Institute Of Certified Public Accountants - AICPA* (FASB, 2009).

Em março de 1975, a SFAS 5, estabelece padrões de contabilidade relativos as contingências, denominadas como um conjunto de incertezas, que podem ser entendidos à matéria ambiental. (FASB, 2009).

Em 1989, foi emitido o pronunciamento EITF 89-13 – *Accounting for the Cost Asbestos Removal*, recomendando a capitalização dos custos incorridos por uma entidade no tratamento de áreas contaminadas e sua eliminação (FASB, 2009). Já o EITF 90-8 – *Capitalization of Costs to Treat Environmental Contamination*, define o tratamento dos custos incorridos pelas empresas para conter, neutralizar, prevenir e remover a contaminação ambiental atual e futura, voluntariamente ou por força legal (FASB, 2009).

O ISAR/UNCTAD foi criado em 1982, por resolução do Conselho Econômico Social das Nações Unidas – ECOSOC, para realização de estudos no sentido de

padronizar as práticas contábeis no nível corporativo. Tem como missão promover a uniformização internacional das práticas contábeis e de divulgação de informações das empresas transnacionais e está subordinado à Divisão de Empresas Transnacionais e Investimentos, órgão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

As recomendações relativas ao *disclosure* ambiental pelo ISAR/UNCTAD dizem respeito sobre os elementos que devem ser reconhecidos nas informações ambientais como:

- Nas Demonstrações contábeis: os custos ambientais, os passivos ambientais de forma que em Notas explicativas sejam dispostas informações sobre os critérios utilizados na determinação de provisões, os danos ambientais e as explicações sobre passivos ambientais contingentes.
- Nos Relatórios anuais existem algumas considerações a serem apresentados no Relatório do Presidente, compromissos e melhorias propostas; nos Relatórios por segmento de negócio, como dados do desempenho ambiental; no Relatório de Administração, como política ambiental; e no Relatório Financeiro Operacional como problemas legais envolvendo as questões ambientais. Propõe ainda a realização de um Relatório Ambiental detalhado e sintetizado de todas as informações ambientais.

De acordo com Paiva (2006) o grau evolutivo de consciência ambiental de uma nação e suas ações irão refletir diretamente o estágio em que se encontra a

Contabilidade Ambiental deste país. Isto evidencia a co-relação existente entre a contabilidade, a legislação e a cultura ambiental dos países incutida nas ações de preservação do ambiente. A contabilidade ambiental auxilia no processo de prestação de contas ao governo e a sociedade, fornecendo informações segregadas e confiáveis ao público externo, além de resguardar a empresa quanto a suas decisões de empreendimentos, evitando possíveis ônus financeiros devido a uma transgressão ambiental.

A cobrança do desenvolvimento sustentável vem sendo incutida na cultura global de tal maneira que as empresas respondam não só aos apelos ambientais, mas também aos sociais, paralelos ao interesse de propiciar retornos aos acionistas.

## 2.2 Gestão ambiental

A necessidade de gestão ambiental vem crescendo com o passar das décadas. De fato, essa preocupação com a questão ambiental acabou por assumir um posicionamento estratégico para que as empresas possam usufruir dos benefícios gerados a partir de suas condutas sociais e ecologicamente corretas. De acordo com Valle (2000) isso representa um avanço em relação aos processos de gestão anteriores a essa conscientização ecológica, os quais procuravam assegurar lucros transferindo as ineficiências organizacionais para o preço do produto. Além disso, havia (1) a despreocupação com o descarte de resíduos; (2) o protelamento de investimentos na proteção ambiental e (3) o cumprimento da lei era observado somente no que era essencial. Estes fatores

culminaram em uma exploração desenfreada do meio ambiente.

A postura sem compromisso de algumas empresas e a falta de preocupação com o meio ambiente, trouxe como consequência a maior escassez de recursos e manifestações ambientais, por parte de algumas esferas da sociedade, que cobravam condutas sociais responsáveis. O conjunto destas manifestações e a pressões de organizações não governamentais, teve como consequência a criação de leis e normas para o controle da criação e estabelecimento de empresas. A criação de legislação específica relativa aos crimes ambientais, Lei nº 9.605/98, e a ação seletiva do mercado financeiro e de consumidores, além de estabelecer limites para a exploração dos recursos naturais, determinaram às empresas condutas de responsabilidade ambiental.

Para Valle (2000) a gestão baseada na consciência ambiental preocupa-se em eliminar ineficiências para a maximização dos lucros, valorizar os recursos reciclando os resíduos e investir em melhorias contínuas e qualidade total. A publicidade destas atitudes junto aos consumidores eleva a imagem da empresa, principalmente quando estas se antecipam à regulamentação decorrente das leis ambientais. Neste sentido, os projetos ambientais passam a ser vistos como uma forma de oportunidade de negócio e garantem uma vantagem competitiva sustentável. A par disso, a mensuração e inserção dos gastos ambientais na gestão estratégica de custos surge como forma de garantir a sobrevivência destas empresas no mercado.

Ao tratarem de práticas específicas da gestão ambiental, Faria e Pereira (2008)



abordam que a eliminação de perdas, seja no consumo de água e energia, ou através do aproveitamento de resíduos, contribui para a melhoria da competitividade das empresas, e pode até mesmo gerar novas oportunidades de negócios. Exemplificam que a logística reversa ajuda a criar valor para o cliente pelo menor custo total possível, sendo, também, a facilitadora da integração entre as várias partes ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Para Faria e Ferreira (2008) a Logística, de forma geral, é entendida como o gerenciamento do fluxo de materiais e informações desde a origem até o seu ponto de consumo; a partir daí, a preocupação com o meio ambiente investiga como o fluxo logístico reverso pode ser gerenciado para a coleta e o reaproveitamento dos produtos descartados.

Ferreira (2003) descreve que o maior objetivo da gestão ambiental deve ser o de proporcionar benefícios à empresa, visando superar, anular ou diminuir os custos de degradações causados pelas demais áreas da empresa. Portanto, as vantagens advindas da implantação da gestão ambiental favorecem a criação de condições de competitividade para as empresas, fortalecendo o mercado onde atuam, provocando ações seletivas por parte deste mercado. Para que a gestão ambiental possa agregar benefícios à entidade torna-se necessário que esta gestão avalie o processo operacional da empresa com o intuito de identificar os eventos que geram os impactos ambientais, procurando pelo menos, minimizá-los.

Paiva (2006) ressalta que empresas brasileiras, assim como de outros países (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, dentre outros) utilizam indicadores ambientais, para a divulgação de eventos relacionados, como forma de facilitar o

entendimento dos diversos usuários. Estes indicadores (*Environmental Performance Indicators - EPI*) representam o desempenho ambiental advindo dos processos produtivos, avaliando as situações e tendências ambientais da empresa. São apresentados pelo autor, no Quadro 1 a seguir, oito eco-indicadores ambientais, com os quais possibilitam divulgar o reflexo de investimentos ambientais e o grau de cuidado com que as empresas tratam suas atividades frente a esta questão.

As informações ambientais, gerenciadas por sistemas específicos e no âmbito de uma gestão ambiental comprometida e evidenciada por meio dos indicadores apresentados, possibilitam um diagnóstico confiável dos eventos ambientais que impactam no meio interno e externo à organização. Contudo, é necessário que além da análise dos indicadores sejam estabelecidos objetivos saneadores de acordo com as políticas adotadas pela empresa.

Teixeira, Parizotto e Lima (2007) enquadram o *Balanced Scorecard (BSC)* como um instrumento da gestão ambiental. Para eles, o BSC é uma ferramenta de medição do desempenho organizacional que, além de prever nos planejamentos de curto e longo prazo os aspectos de natureza financeira, dos clientes, do aprendizado e crescimento e dos processos internos, inclui aspectos como: a qualidade, a produtividade, o desempenho de métodos, a satisfação dos funcionários. Os autores complementam que isso é possível pelo *BSC* empregar também indicadores não-financeiros para o acompanhamento e monitoramento nos objetivos definidos dentro da visão estratégica da empresa.

<b>EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE</b>	Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques
--	---

Índice	Formulação	Relação Causal	Reflexo
Investimentos Ambientais Gerais	Investimentos em Prevenção	Indica a proporção entre ativos ambientais e os ativos totais da empresa.	Reflete o posicionamento da empresa frente à questão ambiental, de forma ampla.
	Ativos Totais		
Investimentos Ambientais Operacionais	Investimentos em Prevenção	Revela a evolução dos investimentos em prevenção em relação a seu parque fabril.	Demonstra a preocupação com a qualidade do parque fabril.
	Ativo Imobilizado		
Diminuição do Patrimônio	Perdas Ambientais	Mostra o percentual do patrimônio reduzido em função de perdas ambientais.	Reflete o grau de cuidado com as operações.
	Patrimônio Líquido		
Perdas Ambientais da Empresa	Perdas Ambientais	Verifica o quanto as perdas significaram sobre os bens e direitos (investimentos totais).	Reflete o grau de conscientização mediante desastres ambientais.
	Ativo Total		
Custos Ambientais Operacionais	Custos Ambientais	Indica o quanto os custos ambientais representam das receitas operacionais.	Demonstra os investimentos da empresa na qualidade ambiental.
	Receitas Operacionais		
Despesas Ambientais e as Operações	Despesas Ambientais	Demonstra o gasto com o meio ambiente.	Revela o reflexo da conscientização ambiental.
	Receitas Operacionais		
Prevenção e Valor adicionado gerado	Gastos Totais com Prevenção	Relaciona os gastos em prevenção com o valor total adicionado.	Reflete os gastos com prevenção ambiental face o valor adicionado.
	Valor Adicionado Total		
Remediação e Prevenção	Gastos com Remediações	Indica a relação entre a remediação e a prevenção.	Revela a postura da empresa para com o meio ambiente.
	Gastos com Prevenções		

Quadro 1: Proposição de eco-indicadores contábeis.

Fonte: Paiva (2006, p.123).

Assim, a análise conjunta dos eco-indicadores, bem como a utilização de instrumentos de planejamento, execução e avaliação de desempenho organizacional relacionados à questão ambiental, possibilita um diagnóstico bastante abrangente para os usuários destas informações.

### 2.3 Contabilidade ambiental

A preocupação das empresas com o meio ambiente e a busca pela adaptação de seus processos em atendimento a estas questões, fizeram com que várias pesquisas, ao longo das últimas décadas, fossem realizadas. Elas culminaram em

uma série de proposições sobre a utilização correta dos recursos naturais, a melhor forma de descarte, bem como o planejamento e a mensuração dos gastos, como forma de controle de custos e projeção da imagem empresarial.

O planejamento e controle dos custos ambientais tornaram-se uma forma de conhecer as causas e os efeitos dos gastos com o meio ambiente, oriundos do processo de produção, de todo o ciclo de vida dos produtos, desde sua projeção até o seu descarte. Para a execução desta gestão de custos ambientais, tornam-se necessárias as informações geradas pela contabilidade, que em sua forma tradicional pouco pode proporcionar em termos de qualidade destas informações. Paiva (2006) designou o termo Contabilidade Ambiental como sendo uma fonte de geração de relatórios, com a finalidade de auxiliar na elaboração do planejamento estratégico, servir de parâmetro para gerenciamento de atividades ambientais e fornecer informações externas (prestação de contas) destas atividades. Assim, a contabilidade ambiental pode ser vista como um instrumento de identificação, registro e prestação de contas de eventos ambientais, cujos relatórios servem como subsídios para a tomada de decisão.

Garcia *et al* (2008) afirmam que a evidenciação da atividade ambiental da empresa deve definir as receitas e os gastos ambientais. As receitas ambientais compreendem ganhos gerados a partir da aplicação dos métodos de prevenção e recuperação de danos ambientais. Neste contexto devem ser consideradas como receitas ambientais as vendas a clientes que restringem suas transações a empresas

que adotam políticas de responsabilidade social e ambiental, valorizando sua imagem e comprometimento social. Já os custos estão relacionados aos insumos, mão de obra e amortização de equipamentos utilizados no processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. Os passivos ambientais apresentam-se como as obrigações contabilizadas, contraídas voluntária ou involuntariamente, destinadas à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

No Brasil não existe uma norma específica pela qual as informações de caráter social e ambiental possam ser evidenciadas; o que existe são modelos, como por exemplo, o Balanço Social sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e o modelo do *Global Reporting Initiative*. Com o advento da Lei nº 11.638/2007 tornou-se obrigatória a elaboração e divulgação da Demonstração de Valor Adicionado – DVA para as empresas de capital aberto. Conforme esclarecem Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) o Balanço Social é uma demonstração que tem por finalidade tornar pública a posição da responsabilidade social das empresas. O principal objetivo desta demonstração contábil é a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das companhias, bem como o retorno econômico e social em benefício da sociedade. Ela fornece dados aos usuários da informação contábil, quanto a (1) geração e distribuição de riqueza; (2) qualidade de vida nas organizações; (3) promoção humana dos funcionários; (4) postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade.

O Relatório de Administração constitui outra forma de evidenciação de políticas e ações ambientais. Silva *et al.* (2007) informam que o Relatório da Administração possui grande volume de informações sobre as companhias e são utilizados por acionistas em decisões de investimento. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM propõe, em sua Deliberação nº 488, de 31 de dezembro de 2005, além das exigências já determinadas pela Lei 6.404/76, a inclusão das seguintes informações no Relatório de Administração: descrição da conjuntura econômica da organização (negócios, produtos, serviços, recursos humanos), análise de desempenho, fontes de recursos e relatórios de custos e outros fatores relacionados a questões ambientais. O artigo 82 desta Deliberação determina ainda que as Notas Explicativas das sociedades de capital aberto devem fornecer informações adicionais que não tenham sido indicadas nas demonstrações contábeis quando estas forem necessárias para uma apresentação adequada.

Sobre isso, Murcia *et al* (2008) acrescentam que o desejo de atrair investidores socialmente responsáveis, ou mesmo a redução do custo de captação, pode incentivar as empresas a evidenciar voluntariamente suas informações ambientais. Ainda nessa ótica de captação de recursos, Costa e Marion (2007) já consideravam que a atuação das empresas é regada por leis, cujo descumprimento pode acarretar penalidades. Dentre as possíveis penalidades ambientais os autores destacaram que as empresas que incorrem em alguma penalidade ambiental encontram-se as dificuldades em obter empréstimos bancários e investimentos de

terceiros, eliminando assim suas principais fontes de financiamento.

## 2.4 A Evidenciação das informações ambientais

De acordo com Ponte e Oliveira (2004) as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. As autoras complementam que para garantir a qualidade das informações disponibilizadas pelas empresas, os legisladores e os órgãos de regulamentação, como o Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e a Lei das Sociedades Anônimas, têm empreendido esforços no sentido de definir as informações que devem ser apresentadas. Entretanto, nem todas as orientações têm caráter de obrigatoriedade, e, por conseqüência, não necessariamente haverá punição em caso de sua não observância por parte das empresas, tornando-se mais uma questão de ética e responsabilidade corporativa na divulgação das informações.

A importância da informação contábil no processo decisório do investidor externo tem sido uma tônica no ambiente dos negócios. Pesquisas comprovam que a transparência nas informações contábeis é fator primordial no momento de investir em uma empresa (MCKINSEY & COMPANY, 2002).

Ressalta Iudícibus (1997), que a evidenciação constitui compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e

diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário.

A evidenciação refere-se a todas as informações que possam afetar o patrimônio da empresa e se dá através das demonstrações contábeis ou relatórios de gestão, existindo vários métodos disponíveis para a realização da evidenciação.

Nesse sentido, Gonçalves e Ott (2002) ressaltam que os métodos de divulgação não se resumem apenas às demonstrações contábeis, mas que informações relevantes podem ser disseminadas através do relatório da administração, em notas explicativas, boletins, reuniões com analistas de mercado/acionistas, entre outros. Iudícibus (1997), Hendriksen e Van Breda (1999), de forma mais analítica, apresentam os seguintes métodos de evidenciação: (1) Forma e apresentação das demonstrações contábeis; (2) Informações entre parênteses; (3) Notas explicativas; (4) Quadros e demonstrações suplementares; (5) Parecer de auditoria; (6) Relatório da diretoria.

Como afirma Sá (2002, p. 59), “tudo o que se relaciona com os elementos que são utilizados para suprirem as necessidades das empresas, das instituições, interessa à Contabilidade como matéria de análise sistemática”. Assim, dado que as empresas se utilizam de recursos naturais para suprirem suas necessidades, os impactos ambientais gerados por suas atividades interessam à sociedade, diretamente afetada por eles.

A evidenciação das informações ambientais contribui para transparência das

ações empresariais e o correto diagnóstico da organização, uma vez que, através dela torna-se possível identificar e mensurar a real situação patrimonial da entidade, bem como os riscos inerentes ao negócio. Neste sentido, a contabilidade, ao registrar, mensurar e interpretar os eventos internos e externos das ações empresariais contribui para o relato e a evidenciação das informações ambientais.

A contabilidade está inserida neste cenário em virtude de ser ela um importante instrumento de comunicação das entidades com a sociedade, e sendo assim, cabe a contabilidade divulgar as informações ambientais das sociedades através das demonstrações contábeis. Esse entendimento é corroborado por Tinoco e Kraemer (2004), os quais afirmam que as questões ambientais, ecológicas e sociais, presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da contabilidade ambiental.

As empresas pertencentes ao ISE adotam regras de evidenciação para suas demonstrações contábeis e relatórios de gestão, e desta forma, supõe-se que estejam disponibilizadas informações ambientais relevantes nas mesmas. Para que estas e outras empresas se afirmem como socialmente responsáveis, ou ecoeficientes perante o mercado de capitais e a sociedade, torna-se importante a evidenciação por meio de suas demonstrações contábeis daquelas informações pertinentes ao meio ambiente. Para Tinoco e Kraemer (2004) informações tempestivas e confiáveis sobre

ativos e passivos ambientais, investimentos, impactos ambientais, entre outros, tem forte demanda, pois investidores se utilizam delas para tomar decisões de investimento.

Assim, a partir dos métodos de evidenciação apresentados por Tinoco e Kraemer (2004), as empresas passaram a contar com mais estas formas de demonstrar a transparência de suas ações ambientais, adicionando informações apreciadas pelas boas práticas de relacionamento com o mercado, com os acionistas e demais *stakeholders*.

## 2.5 Indicadores de sustentabilidade corporativa

Os indicadores são utilizados como ferramentas de análise. Para tanto, têm a finalidade de sintetizar informações, permitindo uma visualização rápida e um entendimento preciso da situação econômica e financeira de uma empresa. Para isto devem ser cuidadosamente estruturados de forma a reter apenas as informações essenciais. Dentro do contexto da sustentabilidade, o estabelecimento de indicadores tem como objetivo medir o grau de sucesso da implantação de estratégias em relação às metas estabelecidas.

Strobel, Coral e Selig (2004), afirmam que os indicadores de sustentabilidade não têm as mesmas características dos indicadores tradicionais que medem o progresso econômico, social e ambiental, pois estes verificam as oscilações destes aspectos de forma independente. Contudo, a sustentabilidade requer uma visão sistêmica com indicadores

multidimensionais focados nas relações entre a economia, o meio ambiente e a sociedade.

Os principais índices de sustentabilidade são:

- Índice de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index - DJSI) criado em 1999 para analisar a atuação de algumas empresas líderes de mercado. Avalia financeiramente a estratégia de sustentabilidade das empresas, bem como a gestão de suas oportunidades. *Dow Jones* (2009).
- Indicadores de Sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative) – Relatório para sustentabilidade Corporativa foi desenvolvido em conjunto pela ONG americana CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies* e pelo Programa UNEP das Nações Unidas (United Nations Environment Programme - UNEP). O relatório constitui um consenso de uma série de diretrizes, com o objetivo de elevar a qualidade, o rigor e seriedade da informação relativa a sustentabilidade corporativa. *Global Reporting Initiative* (2009).
- Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social. Desenvolvidos para analisar e gerenciar os impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades das empresas. *Ethos* (2009).
- Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Constituído por empresas brasileiras com ações na BOVESPA que se destacam em governança corporativa e preocupação com o meio ambiente. *Bovespa* (2009).

Introduzido em 1999, o DJSI mede o desempenho financeiro e a sustentabilidade de empresas líderes mundiais. Faz uma análise aprofundada das sociedades em seu aspecto econômico, desempenho ambiental e social, avaliando questões como a governança corporativa, gestão de riscos, marca, a mitigação das alterações climáticas, cadeia de normas e práticas trabalhistas. O DJSI possui reconhecimento global e o seu papel funciona como um ponto de referência para os investidores ao redor do mundo.

Os índices baseados na GRI podem ser utilizados para aferir o desempenho organizacional no que diz respeito às leis, normas, códigos, normas de desempenho organizacional e as iniciativas voluntárias; demonstram o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O GRI promove e desenvolve uma abordagem padronizada de comunicação para estimular a procura de informações de sustentabilidade, que irão beneficiar as organizações que utilizam relatórios de informações similares.

O Instituto ETHOS tem como missão contribuir para internalização de valores e práticas na cultura de gestão e processos gerenciais, que propiciem a contribuição para uma sociedade sustentável e justa.

O ISE surgiu em 2005, a partir da iniciativa da BOVESPA em conjunto com outras organizações, e é composto somente por ações de empresas que se destacam em responsabilidade social e sustentabilidade no longo prazo.

## 2.6 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE

A partir de uma forte tendência mundial de valorização das empresas socialmente responsáveis, surge no Brasil, em 2005, o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Por iniciativa da BOVESPA em conjunto com os esforços de várias instituições – ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente – cria-se um índice de ações considerado referencial para os investimentos socialmente responsáveis, capaz de fortalecer o mercado de capitais.

Para operacionalização e desenvolvimento do ISE, essas organizações formaram um Conselho Deliberativo que passou a contar também com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em sua composição.

Os investidores que buscam as empresas integrantes do ISE para aplicar seus recursos consideram que estas empresas “sustentáveis” são capazes de gerar maior valor para o acionista no longo prazo, pois estão melhor preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, por seguirem regras de prestação de contas impostas pela BOVESPA, demonstram com transparência suas ações empresariais, o que transmite confiabilidade.

O ISE objetiva refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e promover e incentivar as boas práticas no meio empresarial brasileiro.

O critério de seleção das empresas que irão compor a carteira, se inicia através de uma pré-seleção que ocorre pelo encaminhamento de um questionário para as 150 empresas com as ações mais líquidas na Bovespa, das quais, o Conselho Deliberativo escolhe aquelas com melhor classificação. Esta classificação obedece a critérios estabelecidos em uma tabela, dispostos em escalas de dimensões, referentes ao relacionamento das empresas com os empregados, com a comunidade, a governança corporativa, a responsabilidade ambiental etc., onde o compromisso com a transparência, a verificação do impacto causado pelos produtos, o cumprimento legal, a proteção aos minoritários e a conduta de combate à corrupção são fortemente avaliados.

De acordo com os critérios impostos, na Dimensão Geral, identifica-se se o compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da companhia e se a companhia possui um compromisso formal, em relação ao combate a todas as formas de corrupção.

Na Dimensão Natureza do Produto, verifica-se se o consumo ou utilização normal de produtos produzidos ou comercializados pela companhia, ou ainda por suas controladas, poderá ocasionar dependência química e psíquica, além de riscos e danos à saúde e integridade física do usuário/consumidor ou de terceiros. Analisa-se na Dimensão Governança Corporativa se a companhia garante direitos de “tag-along” para as ações ordinárias além dos que são legalmente exigidos.

Identifica-se na Dimensão Econômico-Financeira, se processos e procedimentos

implementados de gestão de oportunidades corporativas que considerem aspectos sócio-ambientais de curto, médio e longo prazo.

E, por fim, nas Dimensões Ambientais, verifica-se o enquadramento das empresas quanto a sua política e seu desempenho ambiental e classifica-as em grupos: A, B, C, D, E e IF.

No Grupo A, encontram-se as empresas que utilizam recursos renováveis (Ex: madeira, papel, água e energia); no Grupo B, empresas que utilizam recursos não renováveis (Ex: cobre, petróleo e fertilizantes); Grupo C, empresas que utilizam matérias-primas e insumos (Ex: tecidos, automóveis, etc.); Grupo D, corresponde as empresas de Transporte e Logística; Grupo E, refere-se as empresas de Serviços e no Grupo IF, considera-se as Instituições Financeiras e Seguradoras.

De acordo com a BOVESPA, compor a carteira do ISE oferece inúmeras vantagens para a empresa, como, por exemplo, ser reconhecida pelo mercado como empresa que atua com responsabilidade social corporativa, com sustentabilidade no longo prazo e preocupada com o impacto ambiental das suas atividades.

Como o ISE é considerado um “selo de qualidade”, conseqüentemente as empresas que compõem sua carteira são consideradas de alta credibilidade pelo mercado, o que proporciona fortalecimento de sua imagem, sua marca, seu produto e suas ações.



### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Classificação da pesquisa

A classificação básica da pesquisa a enquadra como aplicada, visto tratar de problemas reais ligados à atuação das empresas, conforme entendimento dado por Lakatos e Marconi (2005).

Quanto aos objetivos, e baseando-se em Gil (2002), a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória porque tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema e o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. E descritiva, por que objetiva primordialmente descrever a realidade como ela é a respeito das características de determinada população.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa desenvolvida foi de cunho documental para coleta de dados, tendo como base as demonstrações contábeis publicadas (Relatório da Administração – RA, Notas Explicativas – NE e Balanço Social). Assim, os dados foram obtidos diretamente no site da Bolsa de Valores de

São Paulo. De acordo com Gil (2002) essa modalidade de pesquisa vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Os procedimentos adotados na apresentação e análise dos dados a identifica como qualitativa tendo em vista, conforme Richardson (1999) não haver o emprego de técnicas estatísticas como base do processo de análise. Ou seja, a abordagem qualitativa não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas do objeto de estudo.

#### 3.2 População e amostra

A amostra da pesquisa compreendeu as empresas de capital aberto com ações na BOVESPA, integrantes do ISE, composta por treze companhias que atuam nos segmentos de Energia Elétrica, Química e Siderurgia e Metalurgia, no período de 2007 e 2008.

<i>Segmentos</i>	<i>Empresas</i>
Químico	Braskem S.A.
Energia Elétrica	Celesc Elétricas de Santa Catarina S.A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG Cemig Geração e Transmissão S.A CESP - Companhia Energética de São Paulo Companhia Energética do Ceará – COELCE CPFL Energia S.A. Eletrobrás Participações S.A. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A EDP Energias do Brasil Light S.A.
Siderurgia e Metalurgia	Gerdau S.A. Metalúrgica Gerdau S.A.

Quadro 2 - Empresas Analisadas.

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE	Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques
--	---

que foram extraídas dos Relatórios de Administração, Balanço Social e Notas Explicativas, referentes ao período compreendido entre 2007 e 2008, das empresas analisadas:

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Quadro 3 a seguir apresenta as informações ambientais de maior destaque,

Empresa	Relatório de Administração	Balanço Social	Notas Explicativas
Braskem S.A	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE Bovespa;</li> <li>• Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ambientais;</li> <li>• Projetos de Créditos de Carbono;</li> <li>• Adesão Progr. PNUD da ONU.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	-
Celesc S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Divulgação do Carbono;</li> <li>• Projetos Ambientais e de Educação Ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisão de Desvalorização s/ Investimento na Hidrelétrica de Cubatão</li> </ul>
CEMIG	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE Bovespa;</li> <li>• Líder mundial “utilities” no DJSI World;</li> <li>• Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ambientais;</li> <li>• Programas Ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador ambiental relativo a produção e operações da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação civil pública para indenização em razão de dano ambiental Usina Nova Ponte.</li> </ul>
CEMIG GT S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE Bovespa;</li> <li>• Certificação ISO 14001/2004;</li> <li>• Programas ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador ambiental relativo a produção e operações da empresa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisão em razão de ações referentes contingências ambientais e Autuação do IEF – Instít. Est. Florestal.;</li> </ul>
CESP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA;</li> <li>• Certificações na Versão NBR ISO 9001:2000.</li> <li>• Projetos e programas ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador ambiental relativo a produção e operações da empresa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas de Conservação Ambiental;</li> <li>• Provisão para Processos judiciais de natureza ambiental.</li> </ul>
COELCE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE Bovespa;</li> <li>• Sistema de Gestão Ambiental (SGA) certificado pela Norma ISO 14001:2004.;</li> <li>• Projetos e Programas ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a Educação ambiental, Gerenciamento de resíduos, Licenças ambientais, arborização e Programas e projetos externos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos em Educação ambiental;</li> <li>• Participação em ações ambientais.</li> </ul>

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE	Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques
--	---

Empresa	Relatório de Administração	Balanco Social	Notas Explicativas
CPFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MD;</li> <li>Gestão da Qualidade - (ISO 9001:00), Gestão Ambiental (ISO 14001:04),</li> <li>Comercializa Certificados de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informa sobre reclamações de danos ambientais e majorações tarifárias.</li> </ul>
Eletróbrás Participações S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução de Emissões de CO<sub>2</sub> e CERs;</li> <li>Projetos e Programas ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	-
Eletropaulo S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento em Projetos e ações de meio ambiente;</li> <li>Certificado pela NBR ISO 14001:2004, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de reparação de danos ambientais;</li> <li>Demonstrativos de gastos relativos ao SGA – Sistema de gestão ambiental.</li> <li>Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.</li> </ul>
EDP Energias do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no ISE;</li> <li>Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Programas ambientais;</li> <li>Sistema de Gestão por normas ISO 14.000 e OHSAS 18.000;</li> <li>Global Reporting Initiative (GRI): concessão do selo "GRI CHECKED B+</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	-
Light S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Certificação ISO 14.001 no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA);</li> <li>Projetos de Produção Mais Limpa e de Emissões Zero.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de /gases de efeito estufa;</li> <li>Sistema de Gestão Ambiental;</li> <li>Projetos ambientais.</li> </ul>
Gerdau S.A.	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos em programas e projetos externos.</li> </ul>	-
Metalúrgica Gerdau S.A.	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos em programas e projetos externos.</li> </ul>	-

Quadro 3- Informações Evidenciadas pelas Empresas.  
Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 3 as empresas analisadas evidenciam no Balanço Social apenas alguns indicadores ambientais, com

exceção das empresas do Grupo Gerdau, que dispõe sobre investimentos em programas e projetos externos. O Relatório

de Administração é utilizado pela maioria das empresas para detalhar alguns programas e projetos ambientais. Com este propósito algumas empresas utilizam também as Notas Explicativas, acrescentando a estas informações relativas a processos judiciais, constituição de provisões e contingências. Contudo, o rol das informações levantadas pelas empresas não atende as normas de evidenciação ambiental contida nas determinações da NBCT 15 do CFC e NPA 11 do IBRACON.

Apesar das empresas do Grupo Gerdau, não mencionarem informações ambientais no Relatório de Administração e Notas Explicativas, utilizando o Balanço social apenas para a demonstração de alguns investimentos ambientais, verificou-se que o seu Relatório Anual destaca sobre:

- Investimentos em tecnologias de proteção ambiental e em projetos sociais;
- A certificação das unidades Gerdau (ISO 14001) elevou para 40 o número de plantas industriais com essa certificação;
- Maior recicladora de sucata América Latina;
- O grupo privilegia a contratação de fornecedores que compartilhem de sua política de respeito às pessoas e ao meio ambiente disseminando sua política através da cadeia produtiva;
- Quanto aos passivos ambientais, informa a existência de passivos

potenciais e também de custos potenciais de limpeza e de reparação em locais ambientais sem que estes sejam quantificados.

No Quadro 4 apresenta-se os itens relativos as exigências da Norma NBC T 15 do CFC.

A análise do Quadro 4 demonstra que a maioria das empresas não utiliza o Balanço Social para detalhar as informações ambientais exigidas pela norma do CFC. Apresentam apenas alguns indicadores para aferir o alcance de metas estabelecidas e verificar o de desempenho ambiental em relação aos anos anteriores. Desta forma, o Balanço Social não contempla a maioria das exigências determinadas pela NBC T 15 do CFC.

O Relatório de Administração é utilizado por grande parte das empresas para divulgar algumas informações ambientais, de forma exaustiva, relativas a programas e projetos ambientais, porém não menciona os custos e investimentos ambientais, o quantitativo de imobilizado e estoques que seriam representativos dos investimentos em meio ambiente. O mesmo pode ser afirmado quanto aos Passivos Ambientais, não evidenciado, apesar de que a revelam a incidência de danos ambientais, ações judiciais e a necessidade de reparação do meio ambiente.

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE	Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques
--	---

Evidenciação Ambiental no Balanço Social de 2007 e 2008 das empresas dos Segmentos Químico, Energia Elétrica, Siderurgia e Metalurgia.														
Resolução CFC nº 1.003/04 - NBC T15 - Informações de Natureza Ambiental		Braskem	Celtec	CEMIG	CEMIG	CESP	Coelce	CPFL	Eletrôbras	Eletrôpaulo	EDP	Light	Gerdu	Metalúrgica Gerdu
1	Investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente.	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
2	Investimentos e gastos com prevenção e/ou recuperação de ambientes degradados.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6	Quantidades de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Valor das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental via administrativa ou judicial.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Passivos e Contingências Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4- Empresas Analisadas segundo a NBC T 15.

No Quadro 5 estão dispostas os itens relativos as exigências das informações ambientais em Notas Explicativas segundo a NPA 11 do IBRACON.

De acordo com o Quadro 5, as Notas explicativas publicadas na grande maioria das empresas não atende a determinação normativa, fato que surpreende, em razão dos segmentos de Química, Energia Elétrica, Metalurgia e Siderurgia, altamente poluidores, segundo o IBRACOM, escolhidos para análise, considerando que a NPA 11 determina que sejam dispostos nestas Notas as contingências e os riscos relativos aos impactos ambientais.

As informações das empresas analisadas demonstram que apesar das normas existentes proferidas pelo IBRACON e CFC para a evidenciação e padronização das informações ambientais, não existe uma uniformidade com relação ao conteúdo que deve ser apresentado nas Notas explicativas e no Balanço Social.

As ações das empresas apresentadas no Relatório da Administração demonstram a preocupação com o monitoramento dos níveis de poluição a fim de controlá-los, o que demanda investimentos para medir as emissões de gases, para a preservação de áreas, desenvolvimento de projetos e a criação de programas para prevenção da poluição e educação ambiental.

Evidenciação Ambiental de 2007 e 2008 das empresas dos Segmentos Químico, Energia Elétrica, Siderurgia e Metalurgia.			
NPA 11 – IBRACON			
Notas Explicativas			
EMPRESA	Retorno sobre Investimento Ambiental	Posição ambiental da empresa.	Contingências ambientais (no caso de empresa reconhecidamente poluidora).
Braskem	0	0	0
Celesc	0	0	0
CEMIG MG	0	0	0
CEMIG G T	0	0	1
CESP	0	0	1
Coelce	0	0	0
CPFL	0	0	0
Eletrobrás	0	0	0
Eletropaulo	0	0	0
EDP	0	0	0
Light	0	0	0
Gerdau	0	0	0

Quadro 5- Empresas Analisadas segundo a NPA 11 do IBRACON.

Também são dispostos pelas empresas neste relatório informações como: alguns investimentos e custos ambientais incorridos para a proteção do meio ambiente. Estas informações representam algumas das exigências relativas às normas internacionais determinadas pela SEC e FASB. Porém, o conteúdo destas normas segue uma padronização criteriosa e detalhada, determinando a evidenciação das políticas, custos, contingências, ativos e passivos ambientais. No caso do ISAR/UNCTAD, inclui ainda a elaboração de um Relatório Ambiental específico.

## 5 CONCLUSÕES

A conscientização ambiental como uma abordagem incutida na cultura e no plano de ação das empresas, possibilita o seu desenvolvimento, fazendo com que o meio ambiente se torne uma oportunidade de negócios, fortalecendo a imagem empresarial e assegurando melhorias na sua qualidade de produção, ou seja, eliminando perdas e ineficiências do processo produtivo.

A análise dos dados revelou que as empresas com ações na BOVESPA, integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE – evidenciam suas informações de cunho ambiental através do Balanço Social, dos Relatórios de Administração e também em Notas Explicativas. No universo de pesquisa considerado, ou seja, os segmentos de Energia Elétrica, Química e Siderurgia e Metalurgia, no período de 2007 e 2008 constatou-se que o Balanço Social é utilizado pela maioria das empresas para divulgação de alguns indicadores e metas ambientais. O Relatório de Administração trás a relação dos investimentos em projetos e programas ambientais onde as empresas analisadas atuam. No entanto, grande parte destas informações deveria estar detalhada de acordo com a NBCT 15 na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, instituída por aquela norma, que deverá ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

As Notas Explicativas são utilizadas por apenas algumas destas empresas a fim de

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE	Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques
--	---

cumprirem a sua real função, informar sobre os riscos e contingências, conforme determina a IBRACOM.

O conteúdo das informações ambientais observadas demonstrou o engajamento das empresas em projetos e programas ambientais, com um efetivo planejamento e gestão destas atividades. No entanto, é necessário que as empresas evidenciem suas informações ambientais de uma forma padronizada e detalhada, em consonância com as normas brasileiras, que definem a evidenciação dos custos, ativos e passivos

ambientais, bem como sua segregação em registros específicos.

A globalização e a competitividade dos mercados internacionais forçam a uma convergência das normas brasileiras àquelas normas. O resultado desta convergência entre as normas fará aumentar o rigor quanto ao detalhamento e quanto ao número de relatórios com o intuito de informar sobre os dispêndios, investimentos e impactos causados pelas empresas ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

BASSETO, L. Inês; GUELBERT, T. Ferreira; KOVALESKI, J. Luiz; LESZCZYNSKI, A.A. Charcitut; LIMA, I. Alberton. Crédito carbono: uma moeda ambiental como fator de motivação econômica. In: ENEGEP, XXVI. Fortaleza, 2006.

BEM, F.; SCHNEIDER, V. E. Análise do Benefício-custo em práticas de produção mais limpa em uma empresa da cadeia moveleira do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Custos, XV Curitiba, 2008. Anais... Curitiba: ABC, 2008, CD ROM.

BOVESPA, Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

BRAGA *et al.* Contabilidade ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília: MP, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 14 Abr. 2009.

CFC. Institucional. Disponível em: <HTTP://www.cfc.org.br>. Acesso em 13 de dezembro de 2009.

CHICAGO CLIMATE EXCHANGE. CCX (2009). Disponível em: <[www.chicagoclimatex.com/content.jsf?id=821](http://www.chicagoclimatex.com/content.jsf?id=821)> Acesso em: 31/07/2009.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A Uniformidade na evidenciação das informações ambientais. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo, n.43, p.20-33, Jan/abr. 2007.

DALMORO, M.; VENTURINI, J. C.; PEREIRA, B. A. D. Marketing verde: responsabilidade social e ambiental integradas na envolvente de marketing. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v.11, n.30, p.38-52, Jan/Mar 2009.

DOW JONES. Dow Jones Sustainability Index. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com>> Acesso em: 12 Jun. 2009.

ETHOS, INSTITUTO. Guia de elaboração do balanço social. Disponível em: <<http://ethos.org.br>> Acesso em: 12 Jun. 2009.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Os Custos na Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos Pós-consumo: Estudo de Caso do INPEV. In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV, 2008, Curitiba. Anais... Curitiba: ABC, 2008. CD ROM.

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FASB – Financial Accounting Standards Board. Disponível em:<http://www.fasb.org>> Acesso em: 13 de dezembro de 2009.

GARCIA, R.; SANTOS, A. R.; KÜHL, M. R.; PACHECO, V. Contabilidade ambiental e sustentabilidade um estudo sobre as empresas do ISE. In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV, 2008, Curitiba. Anais... Curitiba: ABC, 2008. CD ROM.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Sustainability reporting guidelines – 2002. Disponível em: [www.globalreportinginitiative.org](http://www.globalreportinginitiative.org) . Acesso em: 12 Jun 2009.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENANPAD, 2002; Salvador.

GONZÁLEZ, Carlos Larrinaga; MONEVA, José Mariano Abadia; MARACULLÁ, Fernando Llena; FENECH, Francisco Carrasco; RUIZ, Carmen Correa. **Regulación contable de La informacion medioambiental**. Normativa española e internacional. Madrid: AECA, 2002.

HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. Gestão de Custos: Contabilidade e Controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. NPA 11 – Normas e procedimentos de auditoria – Balanço e ecologia. São Paulo : Ibracon, 1996. Disponível em <http://www.icbrasil.com.br/juri/default.asp?id=82> Acesso em 13 de dezembro de 2009.

IUDÍCIBUS, S. MARTINS, E. GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.



ISAR/UNCTAD. Accounting and financial reporting for environmental costs and liabilities. 1998a. Disponível em: <http://www.unctad.org>> Acesso em 14 de dezembro de 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; CORRAR, L. J. A Relação entre investimentos sociais e desempenho financeiro. In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV – Curitiba. Anais... Curitiba: ABC, 2008, CD ROM.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. Saúde Soc. São Paulo, v.17.n.1, p.7-20, 2008.

MCKINSEY & COMPANY E KORN/FERRY INTERNATIONAL. Panorama de Governança Corporativa no Brasil. São Paulo, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 13/04/2009.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: Um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. Revista de Gestão Social e Ambiental, v.1, n 1, p. 82-101, jan/abr 2007.

MURCIA, Fernando. Da-Ri; ROVER, Suliani.; LIMA, Iran.; FÁVERO, Luiz P. L.; LIMA, Gerlando. A. S. F. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para divulgação voluntária. UNB Contábil, v.11, n.1-2, p.260-278, 2008.

PAIVA, P. R. Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2006.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Revista Contabilidade & Finança n. 36, p.7-20, set./dez., 2004.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBLES JÚNIOR, A. Custo da Qualidade. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SÁ, Antônio Lopes. Teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAUNDERS, T.; MCGOVERN, L. The bottom line of green is black. 10ª Ed. New York: Harper Collins, 1997.

SEC- U.S. Securities and Exchange Commission. Regulation S-K. Disponível em:<http://www.law.uc.edu>. Acesso em 13 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_ - Institucional. Disponível em:<http://www.sec.gov>. Acesso em 13 de dezembro de 2009.

<p style="text-align: center;">EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE</p>	<p style="text-align: center;">Marcos Antonio de Souza Kátia Arpino Rásia Flávia Verônica da Silva Jacques</p>
--	--

SILVA, C. A. T.; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. Análise dos Relatórios de Administração das Companhias Abertas Brasileiras: um Estudo do Exercício Social de 2002. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 2, p.71-92, Abr./Jun. 2007:

STROBEL, J. S.; CORAL, E.; SELIG, P. M. Indicadores de Sustentabilidade Corporativa. In: ENANPAD, XXVIII – Curitiba. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004, CD-ROM.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, J. R. M.; PARIZOTTO, L. E.; LIMA, M. S. A inserção da variável ambiental no Balanced Scorecard: o caso de uma unidade de negócios da Petrobrás. *In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV – João Pessoa. Anais... João Pessoa: ABC, 2007, CD ROM.*

VALLE, C. E. *Como se preparar para as Normas ISO 14000: qualidade ambiental*. São Paulo: Pioneira, 2000.

==== RC&C ====